

---

## Relações raciais e comunicação: análise da produção intelectual da Intercom (1998-2021)<sup>1</sup>

Márcia Guena<sup>2</sup>  
Andréa Rosendo da Silva<sup>3</sup>  
Céres Santos<sup>4</sup>

### Resumo

O artigo analisa a temática étnico-racial nos congressos nacionais da Intercom, apresentando resultados preliminares de levantamento feito a partir de artigos publicados em Anais. O objeto de estudo reúne trabalhos de Grupos de Pesquisa (GP) da Intercom e da Intercom Jr, de 1988 a 2021. Partimos de reflexões sobre o campo da Comunicação, a partir da perspectiva Decolonial para a compreensão da manutenção das estruturas de poder em espaços de difusão do conhecimento. Realizamos um cruzamento de metodologias e os resultados apontaram para um crescimento da produção de conhecimento, nos últimos anos, sobre a temática na área de Comunicação. Porém, dispersa em GP's, sem provocar um acúmulo sobre os tensionamentos entre racismo e mídia. Também apontam para a necessidade de incorporação de outras perspectivas e referências teóricas para a efetivação de estudos antirracistas em comunicação.

**Palavras-chaves:** Intercom; congressos; relações raciais; colonialidades; comunicação antirracista.

### Introdução

A Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação<sup>5</sup> foi criada em 1977, durante a Ditadura Militar, período de negação da existência de diferentes grupos étnicos e raciais no Brasil. Dez anos após a criação da Intercom, em 1988, entrou em vigor a nova Constituição Federal, a qual reconheceu o racismo e os malefícios históricos direcionados aos descendentes de africanos e indígenas no país. O documento garante direitos para a efetiva inclusão da população negra e indígena, tais como o direito à terra para populações tradicionais; a liberdade de culto religioso; e a

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista. Doutora em História (UMC/Espanha), Mestre em Integração na América Latina (USP), e professora de Jornalismo na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, Juazeiro/BA, [marciaguena@gmail.com](mailto:marciaguena@gmail.com)

<sup>3</sup>Jornalista. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). [dearosendo@gmail.com](mailto:dearosendo@gmail.com).

<sup>4</sup>Jornalista. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP), Mestre pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e docente no curso de Jornalismo da UNEB, campus Juazeiro/BA. [ceresantos3@gmail.com](mailto:ceresantos3@gmail.com).

<sup>5</sup> O Estatuto da Intercom define como objetivos da associação a contribuição para “a reflexão pluralista sobre os problemas emergentes da Comunicação”; “a superação da dependência política, cultural e tecnológica do sistema nacional de Comunicação” e “o aprimoramento das instituições democráticas, promovendo e difundindo a liberdade de expressão e pensamento, assim como o livre exercício da Comunicação”, dentre outros.

---

criminalização do racismo, temas ainda presentes na pauta de lutas e reivindicações do Movimento Social Negro Brasileiro. Além da Constituição, a luta do povo negro garantiu a publicação de outras leis que fomentam o debate crítico da história do Brasil: as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem o ensino da cultura afro-brasileira e brasileira e indígena no ensino formal, a Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, e a Lei 12.711/2012, que estabelece cotas nas universidades.

Apesar das conquistas, houve poucos avanços da luta antirracista na área da Comunicação. Os meios de comunicação se fortaleciam nas mãos de poucas famílias, reproduzindo um modelo secular de concentração dos meios de produção, denominado por muitos autores de ‘coronelismo eletrônico’, com a marcante exclusão dos grupos subalternizados como negros e indígenas, cuja representação negativa prossegue na atualidade.

A adoção dessas políticas públicas teve reflexo no crescimento dos estudos sobre mídia e racismo. O ingresso de pessoas negras no ensino superior e na pós-graduação - ainda incipiente - a partir dos anos 2000, sobretudo com a implementação das Ações Afirmativas e da Lei 12.711<sup>6</sup> (lei de Cotas) alterou a composição étnico-racial das universidades, mas a heterogeneidade está longe da realidade do corpo docente. Os/as professores/as totalizam 30% de negras/os e na pós-graduação nos cursos de mestrado e doutorado, apenas 13,4 % são negros/as, de acordo com pesquisa realizada por Mello (2021)<sup>7</sup>.

Sobre essa presença negra nas universidades, Tiaraju D’Andréa (2020) afirma que, em algum grau, ela desestabiliza o *establishment*. Aliás, a proposta de Carvalho (2018) é essa: fragilizar a exclusividade da representação acadêmica eurocêntrica, para dar espaço a outras representações, como a dos/as negros/as e indígenas e outros segmentos marginalizados historicamente.

Para D’Andréa (2020), a mudança no Ensino Superior está além do aumento da presença de jovens negros/as nas universidades, a maioria moradores/as de áreas

---

<sup>6</sup> A Lei 12.711/2012 e outras políticas de Ações Afirmativas que já vinham sendo implementadas em várias Instituições de Ensino Superior, desde o início dos anos 2000, são responsáveis por esse processo, pois provocaram uma mudança na composição étnico-racial das universidades públicas - inclusive nos cursos de comunicação - que hoje abrigam 51% de estudantes negros e negras (pretos e pardos, acordo com a nomenclatura do IBGE): “O percentual de discentes negros nas IFES pesquisadas (pretos e pardos) subiu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018” (SILVA, 2020).

<sup>7</sup> É fundamental ressaltar que a Capes só passa a registrar o item cor/raça a partir de 2017, um levantamento que traz um elevado nível de subnotificação: 52% entre não declarados e não identificados, segundo o autor.

---

periféricas. A presença desse grupo está acompanhada de discussões antes invisibilizadas, “como aquelas relacionadas ao feminismo negro, ao pensamento decolonial, à condição periférica, à pobreza, à elitização das universidades” (D’ANDRÉA, 2020, p.33).

Estes fatos históricos, associados à criação, dentro da Intercom, do Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico<sup>8</sup>, aprovado no processo de reclivagem dos GPs da entidade, iniciado em 2021, nos motivaram a investigar como a temática foi agendada nos Congressos da instituição. Assim, nos propusemos a analisar os artigos publicados nesses congressos entre 1998 e 2021.

A série histórica apresenta um crescimento significativo da ocorrência da temática: em 1988 foram apresentados três artigos; em 2021, 60 trabalhos estavam dispersos em diferentes GPs. A organização dos Núcleos e dos Grupos de pesquisa também vão se reconfigurando ao longo do tempo, refletindo mudanças de concepções sobre o tema, o que nos leva a acreditar que são alguns dos reflexos das mudanças provocadas pela instituição das políticas de Ações Afirmativas pelo Estado brasileiro e, por conseguinte, da inserção das temáticas nos espaços de trocas de conhecimentos sobre a ciência da comunicação.

### **A discussão das hierarquias raciais no campo da comunicação**

Para entender os resultados dessa pesquisa é importante pensarmos como as hierarquias raciais (assimetrias raciais herdadas do regime escravocrata brasileiro) e o antirracismo no Brasil têm sido discutidos no campo da comunicação. De acordo com Bourdieu (1983), a noção de campo é de um espaço de disputas e os conflitos que, mesmo na área da produção do conhecimento, é político, pois provoca uma rivalidade entre a manutenção do que já está dado e reconhecido e a luta pela conquista desse lugar por outras ideias. Não por acaso, o campo é um espaço de tensões epistemológicas que são sempre políticas e estratégicas para a conservação ou mudança. Uma luta desigual, entre “agentes desigualmente dotados de capital específico” (BOURDIEU, 1983, p. 16).

---

<sup>8</sup> O GP foi subscrito por 90 pesquisadores que discutem as hierarquias raciais e tem por objetivo congrega pesquisas e reflexões na área da Comunicação e suas diversas sub-áreas, as quais tenham, como principal eixo de análise, as hierarquias raciais. O GP prioriza as abordagens que tragam o pensamento não apenas do Norte global, mas com perspectivas do Sul, afrodiaspórica e antirracista. Nesse sentido, o GP pretende se consolidar como espaço de produção e reflexão coletivas sobre as questões que articulam comunicação, informação, tecnologias, raça e racismo, a partir do acolhimento e encontro de pesquisadoras/es, dos mais variados graus acadêmicos, interessadas/os nestas temáticas. (INTERCOM, 2020).

---

O campo científico da comunicação tem sido alvo de críticas e estas o empurram cada vez mais para mudanças epistemológicas<sup>9</sup>, sobretudo para estudos em relação às discussões sobre racismo, antirracismo e hierarquias raciais, sinalizando para uma mudança de rumos. Com o enegrecimento da universidade nas duas últimas décadas surge, também, a inserção de temas nas pesquisas relacionadas às hierarquias raciais na comunicação e epistemologias contra hegemônicas oriundas de formulações afrodiáspóricas e de escolas de pensamentos fora do Norte Global.

Outra mudança perceptível é a institucionalização de grupos de pesquisa pertencentes à divulgação de conhecimento científico brasileiro na área de Comunicação, como é o caso da Intercom, com a recente criação do GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiáspórico e a renovação, em 2022, do *Grupo de Pesquisa Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades*<sup>10</sup>. A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) também aprovou a criação do Grupo de Trabalho *Comunicação, Raça e Interseccionalidades* (COMPOS, 2022), que visa atuar de forma semelhante.

Na União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil) foi criado o *GT Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade*. Neste espaço, Lopes e Melo (2020) discutiram no artigo *Raça e Racismo nos estudos em Economia Política da Comunicação: da resistência à construção de uma agenda de pesquisa*, e, ao final do artigo, apresentam uma agenda de pesquisa com indicações de bibliografia-base sobre trabalho, políticas de comunicação/estrutura do sistema midiático e algoritmos/vigilância, contribuindo com indicação de outros caminhos epistêmicos.

Além das articulações no interior das instituições, crescem o número de artigos que problematizam as relações raciais no campo da comunicação. No artigo *O racismo e suas implicações na imprensa brasileira: aspectos teóricos*, Damasceno e Peruzzo (2021) discutem os sistemas simbólicos de representação social, eivadas de diferenciações

---

<sup>9</sup> O marco dessa mudança foi registrado pelos Estudos Culturais Britânico. Stuart Hall inaugura, de forma mais incisiva, críticas ao campo das teorias da comunicação, tendo como referências as questões culturais, de raça e de gênero presentes nas sociedades.

<sup>10</sup> Denominado inicialmente de Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, o GP foi renomeado por sugerir o direcionamento mais evidente de um trabalho coletivo “no sentido de valorizar as intersecções entre marcadores de diferença como raça, classe, territorialidade, gênero e sexualidade nas pesquisas acolhidas por lá” (FILHO, ALMEIDA, CAMPOS, 2022, p.7).

---

raciais, as quais provocam cotidianamente microagressões. As autoras se apoiam em Pierre Bourdieu - por meio do conceito de poder do simbólico, o qual expressa a capacidade de construir realidades, e Teun Van Dijk para dizer como as “imagens mentais do racismo” são legitimadas e reproduzidas no discurso dominante, o que nos remete às “imagens de controle”, noção discutida por Patrícia Hill Collins (2016), quando discorre sobre a exibição de roteiros sociais pré-estabelecidos para o comportamento das mulheres negras, baseada no racismo e no sexismo. Assim, Damasceno e Peruzzo (2021) contribuem para essa discussão ao localizar a comunicação nesse lugar de construção de mundos, símbolos e imagens de controle.

A maior incidência de produções teóricas sobre relações raciais não é por acaso; está relacionada com o aumento de estudos sobre o racismo estrutural, o qual afeta toda a sociedade. Segundo Oliveira (2021), o racismo estrutural precisa ser compreendido como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. “Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (OLIVEIRA, 2021, p. 65).

Considerando esses avanços na abordagem do tema, é necessário localizar a comunicação dentro da estrutura do capital para entender qual era a sua grande aposta epistemológica. Sodré (2014) já nos advertia que as pesquisas em Comunicação, mesmo as mais recentes, ainda estão presas à teoria dos efeitos, ou seja, “ao persistente positivismo funcionalista da escola sociológica norte-americana”<sup>11</sup>(SODRÉ, 2014, p. 24).

Essa predominância de epistemologias hegemônicas nos leva a refletir o porquê da ausência, durante muitos anos, da discussão do racismo e antirracismo na comunicação e nos espaços de construção e divulgação da ciência da comunicação. Nesse sentido, observamos a necessidade de pensar em alternativas epistemológicas, pois, afinal, a ciência da comunicação está sendo pensada a partir do Brasil, ou seja, do Sul Global. E é profícuo buscarmos referências de pensadores latino-americanos, africanos, indianos e de outros *lócus* de enunciação para pensarmos uma Ciência da Comunicação em contextos de países que conviveram com o colonialismo europeu.

---

<sup>11</sup> O conceito da *mass communication research*, marcadamente associado aos mercados e a necessidade de apresentar soluções para o consumo, vão marcar as pesquisas no Brasil.(...)“predominou a tradição empírica embutida no pragmatismo norte-americano, por sua maior adequação gerencial às pesquisas das agências de publicidade, das corporações de mídia e das agências governamentais, militares, na maioria” (SODRÉ, 2014, P. 67).

---

## **Pensamento Decolonial: a construção de uma comunicação antirracista e afrodiaspórica**

E como a comunicação pode ser antirracista se ela está imersa no que Sodré (2014) chama de “ideologia financeira”? A sua porção científica poderia apreender essa dimensão, como de fato alguns trabalhos o fazem. Porém, precisamos compreender o poder estruturante do racismo nessa construção, pois foi ele quem possibilitou a acumulação de riqueza, entre os séculos XVI ao século XIX, e ainda possibilita, através da financeirização associada à comunicação, representando um par indissolúvel, como aponta Sodré (2014). O autor afirma que o capitalismo financeiro é ao mesmo tempo financeiro e midiático; “financeirização e mídia são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada, essa mesma a que vem aponto o prefixo “pós” (pós-industrialismo, pós-modernidade etc) (SODRÉ, 2014, p. 55).

Então, nesse sentido, pensar em uma comunicação antirracista e afrodiaspórica, é sedimentar um caminho construído por várias mãos e vozes, dos grupos historicamente excluídos de acessar os direitos humanos. E, deste modo, falar de si - sem intermediários nem riscos de representações ou estigmas que mantenham esses grupos em uma condição de subalternidade - é o exercício principal da luta antirracista na comunicação. Nesse sentido, uma proposta inicial é a expulsão programada do racismo da comunicação, como defendem Santos e Guena (2022):

A mídia hegemônica brasileira, ou mídia corporativa, como os veículos independentes a denominam, tem reproduzido padrões racistas em toda a sua estrutura. Ou seja, o racismo institucional está presente não apenas nos aspectos estritamente ligados à produção da notícia, nas suas rotinas e na contratação de profissionais de comunicação, como também nos aspectos ligados à gestão das empresas de comunicação: o antirracismo não é contemplado ao se estabelecer políticas de equidade de poder ou mesmo de combate a condutas internas (SANTOS, GUENA, 2022, p. 122).

Sendo assim, de forma breve, a proposta de expulsão programada do racismo da comunicação consiste em um ativismo propositivo, no qual as autoras indicam a prática de iniciativas, típicas de processos de democratização da comunicação a partir de uma perspectiva antirracista. Outra estratégia para efetivar a perspectiva de uma comunicação antirracista e afrodiaspórica é a aproximação de outras epistemologias. A aceitação da existência de conhecimentos plurais pode ser utilizada como subsídios em discussões

---

teóricas e profundas, pois saímos da lógica que retroalimenta a permanência e a hegemonia dos conhecimentos nortecêntricos

A crítica de Boaventura Souza Santos (2009) em relação à hegemonia epistemológica do Norte o fez defender a noção da epistemologia <sup>12</sup>como conhecimento válido independente de fronteiras. O autor considera que estamos num momento em que se principia o fim do império da versão eurocêntrica<sup>13</sup> e hegemônica da história e dos povos nas ciências sociais.

Uma epistemologia do Sul Global muito difundida atualmente é a Epistemologia Decolonial - pensamento que atualiza a crítica ao colonialismo, construída na década de 1990 pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que era composto por intelectuais vinculados a diferentes universidades da América Latina.

Quijano (2005) compreende que o capitalismo colonial/moderno se estabeleceu como um padrão de poder mundial e é o responsável por uma permanente colonialidade do poder. Assim, em torno da noção de raça, por exemplo, foram se redefinindo e se reconfigurando todas as formas e instâncias prévias de dominação de uma existência sobre a outra, construindo a hierarquia racial do europeu colonizador sobre negros e indígenas.

Lugones (2008) defende as relações de gênero na perspectiva decolonial buscando impedir a exclusão do ponto de vista feminista e da categoria gênero na análise sócio-histórica. Ela investiga a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade e aponta a indiferença masculina sobre violências sofridas por mulheres (negras, não negras e indígenas) na permanência colonial do poder (colonialidade do poder). Deste modo, a autora procura compreender como a colonialidade do gênero opera dentro da colonialidade do poder. Para a autora, houve um “esquecimento” do papel desempenhado por homens no processo de dominação não somente de corpos masculinos negros e indígenas, mas também de mulheres, ou seja, houve um uso colonial da noção de gênero, a qual não avançou para outras categorias de gênero além de heterossexual e patriarcal.

---

<sup>12</sup> Para o autor, toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e actores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias.

<sup>13</sup> Para Santos (2009), as relações sociais, em sentido amplo, são sempre culturais e políticas (representam distribuições desiguais de poder). Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política.

---

A essas duas noções de colonialidade (do poder e de gênero) postuladas pela perspectiva decolonial, soma-se uma terceira: a colonialidade do saber. Mignolo (2008), integrante do Grupo M/C, defende a noção de desobediência epistêmica como opção decolonial do pensar. Para ele, a desobediência possibilitaria o desencadeamento epistêmico, uma forma de ruptura com aos conceitos modernos e eurocentrados “enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares” (MIGNOLO, 2008,p.38).

### **Métodos, percursos e análise da produção intelectual sobre relações raciais e temas correlatos**

Para analisar a produção teórica sobre as relações raciais e o campo da comunicação na Intercom, este trabalho fez um cruzamento de metodologias e técnicas científicas. Utilizamos a Pesquisa Bibliográfica para a fundamentação teórica, a Netnografia<sup>14</sup> conectada com a técnica da pesquisa quali-quantitativa para a coleta de dados. Feita a extração de dados, foram criados tabelas e gráficos úteis à interpretação das informações capturadas. Recorremos ao processo de Mapeamento Sistemático (MS), que é uma revisão ampla dos estudos primários existentes em determinado “tópico de pesquisa”. O método visa identificar a evidência disponível do que se procura, pois o MS tem como objetivo identificar e classificar a pesquisa relacionada a um tópico amplo a respeito do que se quer conhecer (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007, apud FALBO, 2018).

O MS foi utilizado em três etapas: a) busca e coleta de materiais nos *sites* escolhidos para a pesquisa: congressos nacionais da Intercom e Intercom Júnior; b) aplicação do mapeamento sistemático, isto é, a filtragem do *corpus* a partir de textos selecionados por meio da aplicação de critérios de seleção de inclusão e de exclusão; e c) apresentação dos resultados colhidos desde o início da pesquisa, registrados e sintetizados em tabelas. Os dados coletados são referentes ao período de 1998 a 2021 e a pesquisa foi realizada de duas maneiras: busca realizada via Anais disponibilizados no site da

---

<sup>14</sup> Netnografia ou etnografia virtual é o nome dado a toda pesquisa realizada com coleta de dados extraídos, exclusivamente, da *internet* (Kozinets, 2014)



---

Intercom até 2015, com a leitura sistemática da produção de cada GP. A partir de 2014<sup>15</sup> recorreremos à base do Portcom<sup>16</sup>, fazendo a busca por palavras-chaves.

Para a seleção das palavras-chave, utilizamos como base os artigos publicados nos anos mais recentes, pois há uma predominância muito maior de temas, englobando as palavras chaves de anos anteriores. As palavras-chave encontradas e pesquisadas foram as seguintes: raça; racismo; relações raciais; questão racial; negro; negros; negra; negras; antirracismo; antirracista; desigualdade racial; interseccionalidade; empoderamento negro; afrofuturismo; racismo estrutural; umbanda; orixás; quilombola; quilombo; étnica; capoeira; afro-brasileiro; afro-brasileira; afro-brasileiro; afro-brasileira; branquitude; racialidade; africanismo; ancestralidade; preconceito; étnico-racial; negritude; black lives matter; comunidades tradicionais; afroconsumo; afrofuturismo; escravos; escravizados; preto; pretos; preta, pretas, religiões de matriz africana, intolerância religiosa, etnomídia, candomblé, abolicionista, terreiro. Assim, fizemos uma avaliação preliminar das palavras-chave preponderantes nos anos de 2019, 2020 e 2021, 2020, o que forneceu base para toda a coleta.

### **Discussão dos resultados: permanência ou ruptura da colonialidade?**

No Intercom Jr <sup>17</sup>, por exemplo, a temática sobre relações raciais só aparece nos anais de 2006 (os anais de 2004 e 2005 não estão disponíveis). Observamos uma grande dispersão no site da organização, mas é possível apontar que o Intercom Jr. concentrou uma quantidade significativa de artigos sobre essa temática nos últimos anos.

Em relação à Intercom, é importante destacar que até o ano de 2008 não existiam as Divisões Temáticas nos seus congressos. Os artigos eram organizados em *Núcleos de Pesquisa em Comunicação*<sup>18</sup>. O Núcleo *Comunicação e Etnia*, por exemplo, aparece em 2000 e o mesmo é desfeito em 2002. É importante recuperar essa articulação, pois em 1999, já observamos publicação de seis artigos de mulheres negras intelectuais como

---

<sup>15</sup> Não foi possível levantar a quantidade total de artigos publicados nos anos de 2004 e 2005 devido à ausência dos Anais no site da entidade, situação que se repetiu nos anos de 1998, 1999 e 2000.

<sup>16</sup> O Portcom - Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação - é um repositório institucional que disponibiliza informações sobre a produção científica e a memória da Intercom.

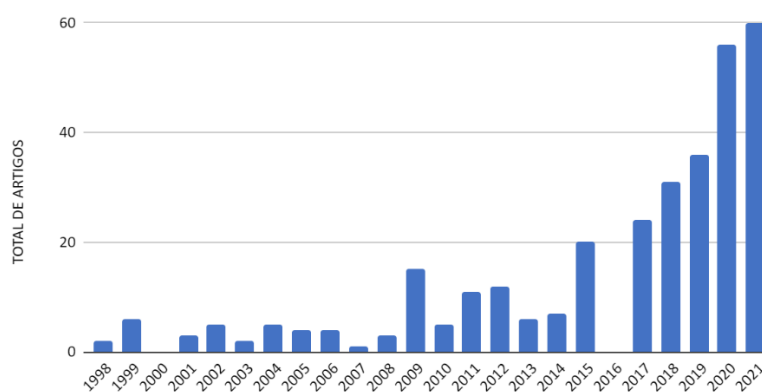
<sup>17</sup> O Intercom Jr. não consta em 2003, mas os núcleos de comunicação mantêm uma regularidade.

<sup>18</sup> Os núcleos recebiam os nomes de: Comunicação Audiovisual; Comunicação para a Cidadania; Comunicação Científica; Comunicação Educativa; Folkcomunicação; Ficção Seriada; Fotografia; Comunicação e Cultura; Jornalismo; Produção Editorial; Políticas e Estratégias de Comunicações; Publicidade e Propaganda; Rádio e Mídia Sonora; Relações Públicas e Comunicação Organizacional; Semiótica da Comunicação; Teorias da Comunicação; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Comunicação Turismo e Hospitalidade; Comunicação e Cultura Urbanas.

Rosane Borges e Rosângela Malaquias. Isso nos leva a considerar que a nomeação do grupo foi capaz de aglutinar pesquisas sobre as discussões étnico-raciais, que mais tarde migraram para outros grupos. Ainda em 2002, figuram debates específicos que reúnem temáticas como *Comunicação e Gênero* e *Comunicação e Religiosidade*. No Núcleo *Comunicação e Cultura das Minorias*, que concentra grande parte dos trabalhos sobre a temática racial, já apareciam nomes de autores/as que continuam pesquisando sobre a questão racial, como é o caso do Prof Dr. Dennis de Oliveira.

A partir da circulação de assuntos relacionados à temática racial, podemos inferir que a ausência de clareza na nomenclatura de Núcleos ou Grupos de Pesquisa provocava dois movimentos: a dispersão da temática ou a concentração de produções em alguns GPs mais genéricos, como, por exemplo, o GP *Comunicação e Cidadania*, o qual abriga uma profusão de discussões relacionados à cidadania e Direitos Humanos. A concentração de propostas de estudos de raça neste último GP é um encontro bastante interessante, pois fomenta a discussão a partir de um amplo guarda-chuva, que fornece respaldo teóricos e metodológicos. Entretanto, o espaço é limitado, pois não aprofunda a discussão sobre as temáticas étnico-raciais, as quais possuem abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas específicas. Essa dinâmica dos intelectuais nos grupos evidencia a colonialidade do saber, pois, percebemos ausência de espaço específico de diálogo e trocas sobre temas ligados as questões raciais. Esses assuntos estavam não eram tratados na centralidade, mas de forma transversal.

TOTAL DE ARTIGOS COM A TEMÁTICA RACIAL NOS CONGRESSOS DA INTERCOM



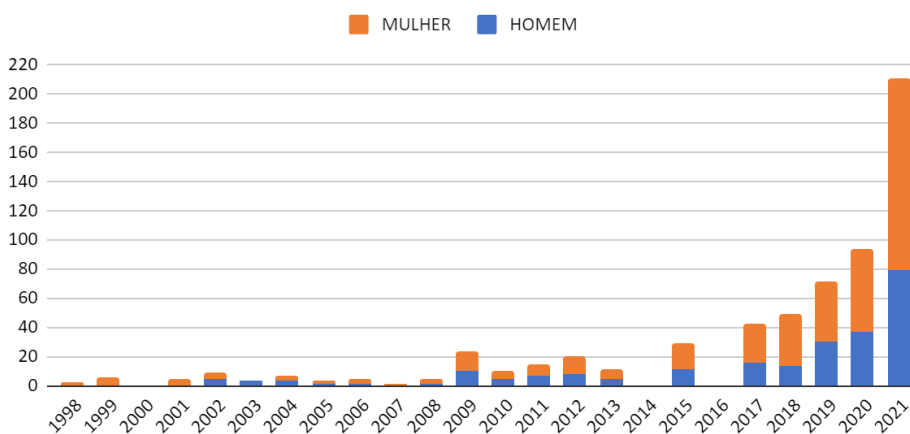
Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras. ANOS REFERENTES AOS CONGRESSOS DA INTERCOM

Em relação à produção sobre relações raciais, a quantidade anual de artigos nas duas últimas décadas, os dados coletados de 1998 a 2021 nos mostram dois cenários. De forma mais ou menos contínua, há inscrições de trabalho no período de 1998 a 2021 e um

movimento contínuo depois de 2015. Observamos um crescimento gradual que chega ao ápice no final da primeira década, em 2009, quando foram apresentados 15 artigos, esse total representa apenas 1% dos 1.502 artigos constantes nos anais do Congresso daquele ano. A retomada com crescimento contínuo inicia a partir de 2010, com queda nos anos de 2013, 2014. Esse aumento nos últimos 10 anos nos leva a uma reflexão sobre a relação entre produção de conhecimento e o incentivo a políticas públicas no ensino superior. Por isso, atribuímos a ampliação dos números à política de Ações Afirmativas (cotas), já que no mesmo período, houve aumento do ingresso de negras e negros nas universidades, processo iniciado nos anos 2000. Vale ressaltar que em 2021, ano que registra a maior quantidade de artigos (60), a participação representou apenas 4,5% de um universo de 1.344 artigos.

Esse aumento nos leva a considerar a possibilidade de um início de ruptura com a colonialidade do poder. O acesso de pessoas negras em instituições que antes eram reservadas às elites modifica as estruturas do acesso ao ensino superior e acenam para um possível giro epistemológico. As Ações Afirmativas, consequência de uma luta história e sistemática do Movimento Social Negro Brasileiro, e o debate que este movimento leva para a esfera pública, acabam refletindo nas referências que são incluídas nas produções teóricas dos sujeitos que escrevem sobre as relações raciais na área da comunicação. Renovam-se os intelectuais nas universidades e, junto com eles, renovam-se conhecimentos, como destacou D’Andréa (2020).

QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES QUE PUBLICARAM NA INTERCOM COM TEMAS RACIAIS



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras. ANOS REFERENTES AOS CONGRESSOS DA INTERCOM

---

Nos dados coletados sobre as produções teóricas cruzadas com gênero, notamos que a partir de 2015 há uma presença marcante de artigos produzidos por mulheres. Essa presença, nos últimos seis anos, variou de mais de pouco mais de 50% (2015) a 150% (2021). Novamente, podemos olhar para a implementação das Ações Afirmativas, mas, também, fazer uma análise interseccional. Com o avanço do feminismo negro na esfera pública, percebe-se uma maior circulação da produção de conhecimento das mulheres negras na Intercom. Observamos uma presença mais incisiva delas apontando, principalmente, para o impacto do racismo na mídia.

A participação das mulheres nos remete a uma ruptura com colonialidade de gênero na esfera do conhecimento. Se até algumas décadas atrás as mulheres negras estavam em posições que as subalternizavam, as Ações Afirmativas garantiram a elas acesso a lugares antes negados. Pode-se dizer que é uma ousadia, numa sociedade racista, constatar que essas mulheres manifestam os seus pensamentos e tornam-se referências para outras mulheres, Bairros (2010) e Collins (2016) não fazem parte da Epistemologia Decolonial e nem problematizam a colonialidade de gênero, mas trazemos ambas neste final da análise para lembrar que as mesmas destacam a importância das mulheres negras falarem de si, como possibilidade de desconstrução de representações e estereótipos.

Para Collins (2016), uma forma eficiente de obstruir essa função da imagem de controle, que dentro de uma dinâmica de poder desumaniza e controla os corpos negros, é a autodefinição. O discurso da autodefinição (falar de si) desafia o discurso de imagens controladoras.

### **Considerações finais**

Por meio da pesquisa bibliográfica fizemos a discussão do campo da comunicação em diálogo com a discussão das relações raciais e inclusão das políticas de Ações Afirmativas no Brasil a partir dos anos 2000. Com isso, conseguimos compreender a dinâmica da mobilização da temática das relações raciais nas duas últimas décadas no interior da Intercom. Adotando o referencial teórico da Epistemologia Decolonial, que traz a noção de colonialidade como a permanência do colonialismo nas sociedades latino-americanas, analisamos as manifestações das colonialidades do saber, do poder e de

---

gênero na produção de conhecimento em Comunicação nos congressos do Intercom. Os resultados da análise mostram as evidências dessas colonialidades.

As evidências da colonialidade do saber está na ausência de núcleos ou grupos de pesquisa que tratem diretamente dos estudos de raça e etnia. Em relação à colonialidade do poder, podemos dizer que vivemos em uma sociedade com 54% da população que se autodeclara negra, mas os espaços institucionais não refletem essa diversidade. O Intercom - e certamente outros lugares de produção e difusão de conhecimento em Comunicação - reproduz a estrutura mantenedora de hierarquias raciais.

Ou seja, o espaço foi criado para manter a circulação das ideias e pensamentos do grupo que até pouco tempo atrás dominava as universidades. As Ações Afirmativas reconfiguram a produção de conhecimento no Brasil. Hoje ele é mais heterogêneo, isto é, mais colorido, racializado, feminino e menos heteronormativo, evidenciando que ruptura da colonialidade do saber e de gênero está em curso no ensino superior e nos espaços da intelectualidade brasileira.. Isso nos leva a algumas reflexões que poderão ser encaminhadas em futuros estudos. A primeira é sobre a construção da memória da pessoa negra e a recepção delas pelos pares pesquisadores em comunicação.

Percebemos que houve iniciativas de articulação de pessoas negras para fazer um Intercom mais plural, mas por que não houve avanço e apoio à empreitada dos/as colegas? Certamente, se examinarmos as décadas de 1970 a 1990 vamos nos deparar com ações que buscavam por visibilidade dos estudos de uma comunicação que já se anunciava como antirracista.

A segunda reflexão é que apenas em 2022 foi criado o GP Pensamento Afrodiaspórico e Comunicação Antirracista (CAPA) para atender aos anseios de pesquisadores em Comunicação (graduados/as, graduandos/as, mestres, mestrandos/as, doutores/as e doutorandos/as) que querem debater com profundidade a relação entre comunicação e relações raciais.

A tímida presença desse espaço na Intercom não só revela a manutenção de uma lógica de poder, como também uma lógica do que deve ser mantida como referência de construção de saber. Por isso, pontuamos que, para além de ser um grupo que propõe a discussão sobre relações raciais, há uma diversidade de troca de referências de autores, agregados de diferentes escolas de pensamentos, que contribuem para a descolonização do pensamento. São teóricos que não fazem parte do cânone, mas que tratam de temas

como diversidade, diferença, identidades, relações raciais e de gênero, resistência, contra-hegemonia, entre outras, e que contribuem com os estudos de uma ciência da comunicação mais plural, democrática e antirracista.

A proposta do artigo foi apontar as evidências das colonialidades do saber, do poder e do gênero na produção do conhecimento nos congressos do Intercom; os dados coletados podem receber diferentes tratamentos e interpretações. No momento, os estudos preliminares, nos respaldam para a defesa da criação e manutenção do GP CAPA e no incentivo a pesquisadores/as de todo o Brasil – negros/as ou não negros/as - a produzirem conhecimento, a reescrever histórias, ressignificar representações e desmontar imaginários sobre a população negra a partir dos estudos da Comunicação e , com isso, de fato, efetivar uma comunicação antirracista.

## Referências

- BAIROS, Luiza. **Carnaval no Feminino**. Secretaria da Promoção da Igualdade Racial. Bahia, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, LDA (Lisboa/ Portugal), 1977.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983, p. 122-155. Disponível em: <<https://cienciatesnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e cotas epistêmicas: um movimento de descolonização do mundo acadêmico brasileiro In COSTA, Joaze Bernardino-; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. São Paulo: Editora Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2018, p. 79-106.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan/abr, p. 99-127, 2016.
- COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <https://compos.org.br/2022/06/definidos-os-24-grupos-de-trabalho-para-o-quadrinio-2023-2026/>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- DAMASCENO, Adriana; PERUZZO, Cicilia M. Krohling. O racismo e suas implicações na imprensa brasileira: aspectos teóricos. **v. 1 n. 7 (2021): Anais do 7º Seminário Comunicação e Territorialidades: Perspectivas e Desafios**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/37835>. Acesso em: 09 jul. de 2022.
- D'ANDRÉA, Tiaraju. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- FALBO, Ricardo de Almeida. Mapeamento Sistemático. V. 01. Disponível em: [https://inf.ufes.br/~falbo/files/MP/TP/Sobre\\_MS.pdf](https://inf.ufes.br/~falbo/files/MP/TP/Sobre_MS.pdf). Acesso em: 04 abr 202
- FILHO, Jorge Cardoso; ALMEIDA, Gabriela Machado Ramos de Almeida; CAMPOS, Deivison. A pauta antirracista na pesquisa em comunicação no Brasil. **Contemporânea comunicação e cultura** - v.19 – n.03 – set-dez 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/issue/view/2279/777>. Acesso em: 09 jul. de 2022.

- GOMES, Nilma. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/2106-2106/file.html>
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia, realizando pesquisa etnográfica on-line**. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.
- LOPES, Ivonete; MELO, Paulo Victor. Raça e Racismo nos estudos em Economia Política da Comunicação: da resistência à construção de uma agenda de pesquisa. **Revista Eptic**, vol. 22, N° 3, SET.-DEZ. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/13890>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 55-77.
- MELLO, Luiz. Ações Afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências, propostas e disputas. **Revista Argumentos**, Vol. 18, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3835/3656>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica**. Editora Dandara, 2021.
- SANTOS, Céres. GUENA, Márcia. O racismo estrutural da Comunicação: da utopia a realidade. Disponível em: <file:///C:/Users/Ceres/Downloads/194387-Texto%20do%20artigo-558034-2-10-20220531.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022, p.119-136.
- SILVA, Tatiana Dias. Texto para discussão. Ação Afirmativa e população negra na educação superior: Acesso perfil Discente. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do Comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, N° 9, 75-101, jul./dez., 2008.
- \_\_\_\_\_. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas Florianópolis, 22(3): 320, set./dez./2014.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.